

POLÍTICAS DE INFORMÁTICA NA ESCOLA: DESCONTINUIDADES E CONSEQUÊNCIAS PARA AS DESIGUALDADES

Danilo Melo de Lima
Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE/FUNDAJ)
daniloufpe2014@gmail.com

Cibele Maria Lima Rodrigues
Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)
cibele.rodrigues@fundaj.gov.br

INTRODUÇÃO

O contexto da pandemia de Covid-19 forçou a adesão ao ensino remoto por meio de resolução do Conselho Nacional de Educação. Essa resolução fez com que a comunidade escolar se envolvesse na aprendizagem de ferramentas do mundo digital como forma de manter as atividades de ensino. Esse processo ocorreu de forma diferenciada nos estados e municípios e suscitou diferentes questões no âmbito da política educacional.

A primeira questão se refere à pressão para o retorno às aulas, mesmo sem um processo de formação apropriado; a segunda questão se refere ao aprofundamento das desigualdades, tendo em vista que o ensino remoto pressupõe a disponibilidade de infraestrutura – espaço, equipamentos, conectividade. Nesse diapasão, sabemos que essas dificuldades variaram de acordo com as classes, fazendo com que os mais pobres tenham ainda mais prejuízo em seu processo formativo. As políticas de informática podem ser analisadas como parte do contexto de desigualdades que permeiam a sociedade capitalista (ARROYO, 2010; GENTILI, 2009).

Entre as iniciativas nesse sentido, destacam-se programas como o Programa um Computador por Aluno (PROUCA), em âmbito nacional, e Aluno Conectado, promovido pelo governo de Pernambuco. A descontinuidade dessas políticas é objeto de análise do presente artigo.

O presente texto apresenta um recorte de uma pesquisa que já estava em andamento antes da pandemia, sobre limites e descontinuidades das políticas de informática na escola. Aqui, apresentamos uma análise documental a partir das páginas oficiais do Ministério da Educação (MEC) e documentos das referidas

iniciativas. Nosso argumento é que, além dessas políticas serem insuficientes, há o fato de serem descontinuadas, com reflexos na atual conjuntura de pandemia.

AVANÇOS E LIMITES DAS POLÍTICAS DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO

Se a inserção da informática na vida do país se deu de forma lenta, a educação seguiu o mesmo compasso. Mesmo tendo iniciado na década de 1970, somente no século XXI as ações adquirem mais consistência do ponto de vista de políticas públicas. De maneira geral, programas pontuais envolveram formação docente e distribuição de equipamentos, tendo como centralidade a utilização dos computadores no espaço escolar, sem uma discussão crítica sobre suas intencionalidades pedagógicas. O sentido predominante nessas iniciativas é mais tecnicista.

Essa trajetória teve início de forma tímida com o Projeto EDUCOM, em 1983, às vésperas do processo de redemocratização do país, que era uma proposta interdisciplinar, pautada na lógica elitista de implantação dos chamados “centros pilotos” em apenas cinco universidades públicas para a realização de pesquisas.

Em complemento a essa ação, o Projeto Formar buscou a formação de professores para a implantação dos Centros de Informática na Educação, vinculados às secretarias estaduais de educação, escolas técnicas federais e ao ensino superior. De acordo com Valente (1999), a primeira etapa do projeto – intitulada Curso Formar I – aconteceu entre junho e agosto de 1987, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e foi ministrada principalmente por pesquisadores do Projeto EDUCOM. A segunda etapa da iniciativa – Curso Formar II – aconteceu em 1989, também na UNICAMP, e contou com estrutura muito semelhante à experiência anterior. Os dois cursos contaram cada um com 50 participantes de praticamente todos os estados do país. Dada a dimensão do Brasil, podemos apontar o quanto essa política foi restrita.

A portaria ministerial nº 549/GM, de 1989, instituiu o Programa Nacional de Informática Educativa (PRONINFE) para o desenvolvimento da informática educativa em todas as áreas de ensino, por meio da ampliação da pesquisa e difusão da tecnologia educacional.

Somente em 1997 é que foi criado um programa mais amplo: Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), cujo objetivo principal foi a

promoção do uso pedagógico de tecnologias de informática e comunicação em toda a rede pública de ensino. Estava relacionado com o contexto de pressões do mercado de trabalho para mão de obra com essa qualificação. Para Takahashi (2000), esse programa fomentou o uso das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) na escola pública como ferramenta de apoio nos processos de ensino-aprendizagem, sobretudo por financiar laboratórios de informática.

Em 2010, foi criado um programa que tinha por objetivo distribuir os *laptops* para os estudantes, o Programa um Computador por Aluno (PROUCA). A ideia surgiu a partir das experiências do governo brasileiro no Fórum de Davos, em 2005, como parte de uma iniciativa global de esforços pela universalização do acesso às TICs. O PROUCA seguia os moldes da iniciativa *One Laptop per Child* (OLPC), do Instituto de Tecnologia de Massachussets (MIT), que criou uma organização não governamental com essa finalidade. Esse percurso demonstra a tendência das influências globais nas políticas (BALL, 2001).

Esse programa foi descontinuado sem uma avaliação dos seus êxitos e fracassos, embora se saiba que influenciou fortemente na inclusão digital da população pobre que estuda nas escolas públicas.

Atualmente, existe o Programa de Inovação Educação Conectada, cujo objetivo é equipar escolas e apontar dados da insuficiência da infraestrutura de informática nas escolas públicas e seu uso incipiente. Ele inclui recursos para conectividade e formação docente, além de plataformas. Na relação das escolas que receberam recursos, observamos valores na ordem de três mil reais – considerado insuficiente para uma ação efetiva.

No contexto da pandemia, não houve mudança substancial para atender os estudantes, embora os critérios de escolha das escolas estabeleçam vulnerabilidades (portaria nº 9, de 2 de julho de 2020). O fato de não estar disponível o relatório do ano de 2020 também é um sintoma do tratamento não republicano que tem sido dado aos recursos públicos. A única preocupação do governo é adequar o programa à base nacional que, como se sabe, tem um viés empresarial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na trajetória das políticas de informática na educação, percebemos insuficiências e discontinuidades constantes. O PROUCA poderia ter propiciado o

acesso às aulas remotas nos atuais tempos de pandemia, minimizando as desigualdades nesse movimento. A falta de iniciativa do governo federal, em termos de distribuir equipamentos para estudantes e docentes, demonstra o descaso que tem se configurado como marca da atual gestão, aprofundando as contradições inerentes ao capitalismo e suas consequentes desigualdades, com viés da necropolítica (MBEMBE, 2018).

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out./dez. 2010.

BALL, S. J. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 549, de 13 de outubro de 1989**. Institui o Programa Nacional de Informática Educativa – PRONINFE. Brasília, DF, 1989.

BRASIL. **Um computador por aluno: a experiência brasileira**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados; Coordenação de Publicações, 2008. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/915/1/um_computador_por_aluno.pdf. Acesso em: 13 maio 2020.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Ministro entrega tablets e tem início a formação de coordenadores**. Site oficial. Brasília, DF, 21 nov. 2012. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/3917-ministro-entrega-tablets-e-tem-in%C3%ADcio-a-forma%C3%A7%C3%A3o-de-coordenadores>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educ. Soc.**, v. 30, n. 109, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7CLbgjQSMbW6hX7T9wbQ4mn/?lang=pt>. Acesso em: 2 abr. 2021.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PROJETO Alunos Conectados do MEC leva internet para que mais de 150 mil estudantes possam continuar estudando. **Rede Nacional de Ensino e Pesquisa**, 1º abr. 2021. Disponível em: <https://www.rnp.br/noticias/projeto-alunos-conectados-do-mec-leva-internet-para-que-mais-de-150-mil-estudantes-possam>. Acesso em: 3 mar. 2021.

TAKAHASHI, T. (org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 195 p.

VALENTE, José Armando. Informática na Educação no Brasil: análise e contextualização histórica. *In*: VALENTE, José Armando (org.). **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas: Unicamp, 1999. p. 1-27.